



Nossos direitos estão em risco



Bolsonaro aumenta a ofensiva para extinguir direitos dos brasileiros. Depois de tentar acabar com as férias, o 13º salário, e o FGTS, o governo discute o fim do seguro-desemprego e do pagamento da multa de 40% do valor acumulado no FGTS ao trabalhador demitido sem justa causa.

Espanha revoga reforma trabalhista

A Espanha começou 2022 com nova legislação, que revoga os efeitos nocivos da reforma trabalhista de 2012. A mudança faz parte de negociação que envolveu empresas, sindicatos e partidos que compõem a coalizão que dá suporte ao Partido Socialista Espanhol (Psoe).

Depois de aprovado pelo conselho de ministros no dia 28 de dezembro passado, o projeto foi convertido em “real decreto-lei” – uma espécie de medida provisória, que coloca as regras em vigor até que sejam ratificadas pelo Legislativo. O acordo pretende coibir abusos de trabalho temporário, intermitente

O Gaet (Grupo de Altos Estudos do Trabalho), formado em 2019, discute a extinção do pagamento da multa de 40% do valor acumulado em conta do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) ao trabalhador que é demitido sem justa causa.

O Gaet, composto por ministros, economistas, juristas e acadêmicos, ainda estuda a “unificação” de FGTS e seguro-desemprego. Vale lembrar que, quando ocorre a demissão sem justa causa, o trabalhador tem direito à multa dos 40% e ao saldo integral da conta do fundo. Ainda recebe até cinco parcelas mensais de até R\$ 1.912,00 a título de seguro-desemprego. É preciso reagir!

e terceirizações e estimular negociações coletivas. Lá como aqui não criou empregos, somente precarizou.

A reforma trabalhista da Espanha de uma década atrás foi uma das “inspiradoras” da “reforma” feita no Brasil em 2017, sob o governo de Michel Temer. Lá como aqui, o pretexto de baratear as contratações para se criarem mais empregos fracassou. Isso porque, a principal consequência foi a precarização do trabalho e a criação de vagas mal remuneradas, com menos direitos e condições ruins de trabalho. No Brasil a discussão é piorar o que já é ruim.

Uso de telas prejudica saúde mental das crianças

O uso excessivo de telas gera mais problemas de cunho psicológico entre as crianças durante a pandemia de Covid-19. Estudo canadense revela que cerca de 52,5% dos jovens já eram acompanhadas devido a problemas de saúde mental.

Entre as crianças mais jovens, com média de 5,9 anos, o maior tempo de TV ou mídia digital foi ligado a mais problemas de conduta, hiperatividade e desatenção. Na faixa etária de média de 11,3 anos são observadas depressão, ansiedade e desatenção.

O agravamento da saúde mental também está relacionado a mudanças na rotina de sono, falta de exercícios físicos e de outras atividades sociais, como bullying online e notícias estressantes.

Vale lembrar que o recomendado é que as crianças façam uso de telas entre uma ou duas horas por dia para não serem prejudicadas. É necessário realizar o uso saudável dos dispositivos.

Abaixo-assinado em defesa do Saúde Caixa

Em defesa ao direito ao Saúde Caixa para todo trabalhador do banco, o movimento sindical lançou abaixo-assinado. É só acessar o link <https://bit.ly/3JNaQVk> e promover ampla mobilização para valorizar o plano dos empregados da Caixa. Os trabalhadores devem se unir contra os retrocessos impostos à assistência médica. Vale destacar que o Saúde Caixa é uma conquista da campanha nacional dos bancários e está em vigor desde 2004, por meio do Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre as entidades sindicais e a direção do banco.

Cassi não explica demora no atendimento

Desde o final de dezembro os associados que procuram pelo teleatendimento médico da Cassi ficam horas esperando. Em comunicado lacônico, divulgado no último dia 3, a diretoria da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil põe a culpa no aumento da procura pelo serviço devido ao crescimento de casos de influenza e covid-19, o que não é aceitável, já que o problema não ocorreu nem mesmo no auge da pandemia em março do ano passado. No documento a Cassi não assume a responsabilidade pela situação, causada, ao que tudo indica, pela falta de planejamento para atender à demanda.

Brasil mais pobre

O novo salário mínimo, de R\$ 1.212,00, está em vigor e, pelo terceiro ano consecutivo, fica sem aumento real. O reajuste foi de apenas R\$ 112,00. Levantamento da CNN revela que o Brasil tem o segundo menor valor de salário mínimo da América do Sul, principalmente porque Bolsonaro acabou com a política de valorização, que estabelecia aumentos reais, que, nos governos Lula e Dilma, assegurou 59% de ganho real aos trabalhadores que recebem o salário mínimo.